

MULHERES NEGRAS E ANTIRRACISMO NO BRASIL

Black women and anti-racism in Brazil

Regimeire Oliveira Maciel

Doutora em Ciências Sociais pela
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
São Bernardo do Campo, São Paulo, Brasil
regimeire.maciell@ufabc.edu.br

<https://orcid.org/0000-0001-9209-4902> 

A lista completa com informações da autora está no final do artigo ●

RESUMO

O objetivo do presente texto é destacar as contribuições de ativistas e intelectuais negras para o movimento antirracista brasileiro. São apresentados três elementos para pensar esse processo: primeiro, a forma como algumas pensadoras negras compreenderam a dinâmica racial brasileira; segundo, como elas problematizaram o lugar da mulher negra na sociedade brasileira; e em terceiro lugar, discute-se como elas atuaram na construção de ações específicas de enfrentamento do racismo. Para se alcançar a questão proposta, faz-se referência à algumas produções de ativistas e intelectuais identificadas à primeira geração do feminismo negro contemporâneo brasileiro.

PALAVRAS-CHAVE: Mulheres Negras. Racismo. Antirracismo

ABSTRACT

The aim of this article is to highlight the contributions of the black activists and intellectuals for the Brazilian anti-racist movement. Three elements are presented to think about this process: first, the Brazilian racial dynamic, second, how they problematized the place of black women in Brazilian society; and third and finally, it is discussed how they have been acting the construction of specific actions to combat the racism. To achieve the proposal question, it's done a reference of some productions of activists and intellectuals identified as the first generation of black contemporary feminism.

KEYWORDS: Black women. Racism. Anti-racism.

1 INTRODUÇÃO

Lélia Gonzalez, em texto de 1988¹, desenvolveu a categoria *amefricanidade*. Essa noção traz alguns pressupostos para uma análise diferenciada da realidade social brasileira e latino-americana. Para a autora, é necessário desenvolver um olhar novo sobre a formação social brasileira, reconhecendo inclusive as influências do continente africano para além do país. Essa categoria, portanto, tem um caráter geográfico, histórico, cultural e identitário à medida que parte da ideia de que é possível pensar as Américas a partir das suas próprias condições históricas e culturais, objetivando a reunião das diferentes experiências das populações africanas na região. Essa ideia é argumento para a ênfase que se dá aqui a aspectos da produção de mulheres negras, ativistas e intelectuais, que construíram suas reflexões no contexto de articulação inicial do chamado Movimento de Mulheres Negras (MMN), etapa primeira do feminismo negro brasileiro consolidado nas

¹ O que texto a que me refiro é *A categoria político-cultural de amefricanidade*. In: Tempo Brasileiro. Rio de Janeiro, n. 92/93(jan/jun), 1988. p.69-82

últimas décadas. Este é o momento em que o MMN produz alguns questionamentos, especificamente em direção ao movimento feminista e ao movimento negro, no que tange à forma como as questões de raça e gênero afetam as mulheres negras considerando as especificidades das relações sociais produzidas no país. Nesse sentido, o objetivo deste texto é destacar alguns aspectos da contribuição dessas ativistas para a questão antirracista brasileira.

Cabe situar, entretanto, que estamos considerando antirracismo as diversas experiências e ações empreendidas por ativistas na intenção de denunciar, explicitar e/ou combater manifestações racistas na sociedade brasileira. Na literatura especializada quase sempre a definição dessas manifestações está contida na noção de movimento negro. Nesse sentido, para Domingues (2007), esse movimento representa a luta voltada para problemas provocados por preconceitos e discriminações em diversas esferas, como o sistema educacional, o mercado de trabalho etc.

De modo semelhante, estamos denominando de feminismo negro brasileiro contemporâneo as diversas ações de mulheres negras, a partir das décadas de 1970 no Brasil, que envolvem desde a criação de organizações próprias de ativismo, instituindo assim o que ficou conhecido como Movimento de Mulheres Negras nos anos de 1980, até as atuações que envolvem a consolidação dessas experiências em diferentes espaços e sob denominações diversas a partir dos anos 2000. Ao pensar o sentido da mobilização das mulheres negras para a ação política, Carneiro (2003, p.2) destaca que esse movimento conseguiu reunir pautas consolidadas no interior do movimento negro e do movimento de mulheres brasileiras “[...] enegrecendo de um lado, as reivindicações das mulheres, tornando-as assim mais representativas do conjunto das mulheres brasileiras, e, por outro lado, promovendo a feminização das propostas e reivindicações do movimento negro.”

Nesse sentido, este texto se justifica pela necessidade de dar visibilidade para a produção da primeira geração de ativismo de mulheres negras. Para isso, é fundamental destacar que mesmo que a mobilização de mulheres negras tenha adquirido formas diversas nos últimos anos, o argumento aqui construído toma como referência um ativismo instituído na década de 1980, mas que se amplia qualitativamente nos anos 2000, no âmbito da institucionalização da questão racial brasileira.

O trabalho está dividido em três partes. A primeira, que retoma alguns aspectos sobre as relações raciais no Brasil e constitui base importante para localizarmos as mulheres negras e a sua produção. Uma segunda parte na qual situamos brevemente as

características e alguns pressupostos do processo organizativo de mulheres negras e a terceira parte, onde está a discussão da contribuição de algumas intelectuais e ativistas para a luta antirracista no Brasil. Ressalta-se que para analisar essa contribuição, compreende-se tanto a reflexão quanto a prática política, visto que para o feminismo negro, a exemplo de outras variações desse movimento social, esses aspectos não se separam.

2 DINÂMICA RACIAL BRASILEIRA

Antes, porém, de detalhar os aspectos específicos da reflexão que será desenvolvida, retomaremos dois elementos já há muito debatidos, mas fundamentais para caracterizar as relações raciais brasileiras.

O primeiro é que o Brasil construiu um racismo condizente com as suas condições sociais e históricas. Isso significa que a base da nossa formação é racista. Com isso, reiteramos aquilo já afirmado por diversos autores e autoras quanto ao alcance e atuação desse processo enquanto prática social sistemática. Mas o que é o racismo brasileiro? Do ponto de vista da sua caracterização, temos alguns estudos consagrados. Oracy Nogueira elaborou aquela que talvez seja a mais lembrada das descrições acerca das relações raciais no Brasil. Para o autor, o que define a manifestação racista no Brasil é a “marca”, em oposição à origem, aspecto preponderante nos Estados Unidos da América, por exemplo. Assim, diz o autor:

[...] onde o preconceito é de marca, serve de critério o fenótipo ou aparência racial; onde é de origem, presume-se que o mestiço, seja qual for sua aparência e qualquer que seja a proporção de ascendência do grupo discriminador ou do grupo discriminado, que se possa invocar, tenha as “potencialidades hereditárias” deste último grupo e, portanto, a ele se filie, “racialmente” (NOGUEIRA, 2007, p. 293).

Com isso, Nogueira (2007) tenta explicar as condições sob as quais o racismo se manifesta. Esse jeito peculiar de lidar com a raça não mexe, necessariamente, com as bases que possibilitaram a mistura étnica e racial no Brasil. Mesmo que o fenótipo apresente as marcas de um grupo social inferiorizado e escravizado, as relações sociais, no caso brasileiro, dão conta, de criar uma resposta mais específica, não desprovida de ideologia, mas imediatamente atrelada às características físicas que associam um indivíduo a esse *outro* historicamente estigmatizado e oprimido.

Dessa forma, as várias transformações e interpretações desenvolvidas em torno da categoria raça garantiram à sociedade brasileira um jeito próprio de tratar- ou não tratar - as contradições das circunstâncias sob as quais se processou a mistura racial no país. A

mestiçagem é a principal expressão dessa ambiguidade que, como há muito sabido, deixou um extenso e latente legado na realidade social brasileira. Os diversos discursos construídos em torno desse processo exemplificam pelo menos três elementos: os dilemas em torno da mistura de raças no interior das teorias racistas; a negação da raça no contexto da construção política e ideológica do ideal do embranquecimento; e a valorização da mistura no contexto da abertura feita pela obra *Casa Grande e Senzala* (1933), de Gilberto Freyre. O que resume esses três elementos é o fato de, inicialmente, a intelectualidade nacional “não saber” lidar com os desafios impostos por uma sociedade amplamente miscigenada, reconhecendo, sobretudo, que seria impossível pensar uma identidade nacional nessas condições. O incentivo ao branqueamento, via imigração, é a saída brasileira para esse dilema. E a obra *Casa Grande e Senzala*, por sua vez, simboliza uma reviravolta ao dar um outro status à mestiçagem que caracterizava o país.²

O racismo brasileiro, portanto, é um fenômeno que reúne dimensões diversas e não pode ser reduzido apenas a uma característica. É um processo multifacetado e que conta com diferentes agentes interpretativos em diferentes contextos.

Algumas das tentativas mais recentes de entendimento do racismo brasileiro estão atreladas à noção de racismo estrutural. Esta noção, em linhas gerais, pressupõe que, para além das práticas discriminatórias empreendidas pelos sujeitos, há de se considerar a capacidade da sociedade materializar, nos seus diversos âmbitos de funcionamento, os valores e concepções que orientam tais práticas. Para Almeida (2018), é o racismo na sua dimensão estrutural que permite que esferas como a econômica crie condições para que grupos raciais sejam sistematicamente discriminados.

O segundo elemento que marca as relações raciais no Brasil decorre do que apresentamos acima e diz respeito à centralidade adquirida pela raça na vida social; compreensão respaldada nos discursos produzidos, sobretudo, no interior da luta antirracista. Os discursos e práticas em torno da raça, nesse sentido, são o que diz o que somos e por que somos. Da discussão biológica no âmbito das teorias racistas que aqui aportaram e tentavam explicar a raça a partir da discussão da degeneração por meio da miscigenação, passando pelo incentivo ao branqueamento da população via ideal de

² Autoras/es diversos trataram dessas leituras sobre a construção da raça, a mestiçagem e o ideal de branqueamento. Interpretações muito conhecidas estão nos textos de Kabengele Munanga, em “Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional *versus* identidade negra (1999)”; Abdias Nascimento, em “O genocídio do negro brasileiro, processo de um racismo mascarado (1978)”; Lilia Schwarcz, em “Nomeando as diferenças: a construção da ideia de raça no Brasil (1995)”, entre outros.

branqueamento até os vários debates em torno da positivação da mestiçagem, é da raça que sempre estamos falando.

Dessa forma, só levando em conta a raça que é possível dizer que, em diferentes momentos, nós negamos, afirmamos, incluímos ou excluimos parte da população nacional por ela marcada. Para Munanga (1999, p. 51),

A pluralidade racial nascida do processo colonial representava [...] uma ameaça e um grande obstáculo no caminho da construção de uma nação que se pensava branca, daí por que a raça tornou-se o eixo do grande debate nacional que se tratava a partir do século XIX e que repercutiu até meados do século XX. Elaboraões especulativas e ideológicas vestidas de cientificismo dos intelectuais e pensadores dessa época ajudariam hoje, se bem interpretadas, a compreender as dificuldades que os negros e seus descendentes mestiços encontram para construir uma identidade coletiva, politicamente mobilizadora.

Então, do que estamos falando ao tomar como referência esse segundo elemento? Estamos retomando aquilo que já foi muitas vezes constatado pela militância antirracista e por muitas pesquisas sobre a realidade racial brasileira: o Brasil nunca foi neutro em relação à raça. Essa categoria sempre mobilizou aqueles setores que, de um jeito ou de outro, pensaram o país. Nesses termos, pode-se argumentar também que o Brasil acionou a raça para negar condições mínimas para transformar a vida da população negra. Hasenbalg (2005), em *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*, publicação de 1979, ao pensar o contexto de inserção brasileira na ordem capitalista global, afirma não haver, como se supunha à época, incompatibilidade entre o chamado desenvolvimento nacional e a manutenção de uma ordem social assentada em práticas sociais racistas.

Com relação à industrialização e à operação do aparato industrial, sugeriu-se que, longe de dissolver a ordem social preexistente, esses processos tendem a reproduzir internamente a estrutura mais ampla de supra-ordenação e subordinação racial da sociedade global (HASENBALG, 2005, p.92).

Nesse sentido, ao pensar a sociedade brasileira, Hasenbalg (2005) reconhece as noções de raça e cor como categorias marcantes das relações entre negros(as) e não negros(as), definindo posições e produzindo desigualdades. O que a leitura desse autor nos permite é avaliar que a categoria raça não representa uma dimensão meramente suplementar à compreensão do alcance da pobreza, por exemplo. Dessa forma, reafirma-se que o racismo brasileiro não é um processo que resulta simplesmente da insuficiente ou mal sucedida tentativa da sociedade brasileira em lidar com os “resultados” do processo escravista. Seria preciso ainda abarcar parte do amplo repertório de desafios que “sobraram” da nossa constituição inicial e que se atualizaram na configuração social atual.

Tomando o propósito deste texto, algumas pensadoras negras se debruçaram também sobre esse amplo conjunto de desafios contidos na dinâmica racial brasileira.

Beatriz Nascimento (2006, p. 95) argumenta que há uma recusa em se abordar as questões relacionadas ao negro brasileiro do ponto de vista da raça. Ela sintetiza essa compreensão ao dizer que “o aspecto mais importante do desleixo dos estudiosos é que nunca houve tentativas sérias de nos estudar como raça”³. Ao assumir essa leitura, ficamos com a perspectiva de que o “abandono” representa, mais uma vez, a negação da nossa própria realidade social e, para a autora em questão, isso pode ser “comodismo, medo ou mesmo racismo”. Portanto, a “ausência de seriedade” destacada se relaciona às dificuldades de se assumir que a raça é um ponto de partida fundamental para a análise da sociedade brasileira.

Ainda sobre o racismo brasileiro e o formato das relações raciais existentes no país, em Lélia Gonzalez, encontramos uma das mais vigorosas reflexões. Seu pensamento passa por diversas problemáticas - democracia racial, racismo, mulher negra, feminismo, ativismo antirracista, cultura etc - procurando mostrar como a constituição do país foi atravessada por efetivamente por um amplo processo de racialização.

Gonzalez, como muitos(as) pensadores(as) da sua época, dedicou bastante esforço para caracterizar as relações raciais no Brasil. Nesta autora, em particular, encontram-se abordagens para destacar o caráter ambíguo e contraditório da realidade racial brasileira. E, nesse sentido, um elemento essencial é a identificação do racismo como uma articulação ideológica e prática que eficazmente atua para uma divisão racial do trabalho e que, do ponto de vista do equilíbrio do sistema capitalista, é indispensável na definição das posições nas estruturas de classes (GONZALEZ, 2018)⁴. Em mais de uma oportunidade, temos, na mesma pensadora, a afirmação de que o racismo, de modo geral, é resultado da chamada neurose cultural brasileira, isto significando as reiteradas tentativas de negação da composição étnico-racial do país (GONZALEZ, 2018⁵; 2018⁶). A autora também menciona outra qualificação para essa especificidade brasileira ao destacar o chamado racismo por omissão, que seria o problema “esquecido”, “invisibilizado” (GONZALEZ, 1983)⁷. Mais uma vez, ela está encarando o racismo como um problema com o qual a sociedade não quer

³ Por uma história do homem negro. Publicado originalmente em: Revista de Cultura Vozes. 68(1), pp. 41-45, 1974. Republicado em RATTI, Alex. Eu sou atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. SP: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo/ Instituto Kuanza, 2006.

⁴ Dados da publicação original: A questão negra no Brasil. Cadernos trabalhistas. São Paulo: Global Editora, 1980.

⁵ Dados da publicação original: Racismo e sexismo na cultura brasileira. IV Encontro Anual da Associação Brasileira de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, Rio de Janeiro, 29 a 31 de outubro de 1980.

⁶ Dados da publicação original: Prefácio do Cadernos Negros 5. Grupo Quilombhoje, São Paulo, 1982.

⁷ Dados da publicação original: Racismo por omissão. Folha de São Paulo. 13 de agosto de 1983.

lidar, a não ser negando a sua existência. Em todas essas reflexões, para Gonzalez, o pano de fundo é o mito da democracia racial. De modo geral, trata-se de um mito construído para possibilitar a formulação de narrativas capazes de disfarçar o que realmente se tem no Brasil em termos raciais, revelando apenas aquilo que serviria para justificar a sua própria manutenção.

Outra pesquisadora, a filósofa Sueli Carneiro, ao pensar a dinâmica racial brasileira, retoma os dilemas sobre a chamada identidade racial do país. Tomada como algo impossível de se definir, essa identidade concretiza-se numa ausência ligada à condição de sociedade miscigenada (CARNEIRO, 2011). Esse processo tem seu extremo na “fuga da negritude” por parte da população negra: “cada negro claro ou escuro que celebre sua mestiçagem - ou suposta morenidade - contra sua identidade, tem sua aceitação garantida” (2011, p.73). A contribuição mais ampla de Sueli Carneiro, todavia, talvez esteja naquilo que resultou da sua tese de doutorado. Neste trabalho, a autora afirma que há um dispositivo de racialidade, traduzido pela existência de um campo de significações que marcam as especificidades das relações raciais no Brasil e as relações de poder a elas associadas. Esse dispositivo é o que estrutura as relações raciais no país, produzindo hegemonias e subalternidades, privilégio e/ou rejeição, de acordo com o pertencimento racial (CARNEIRO, 2005).

O caráter das relações raciais no Brasil, pelo que apresentamos acima, em grande medida, pode ser apreendido a partir das contradições criadas pela própria dinâmica racial que tende, muitas vezes, a dificultar uma visão abrangente do racismo no país enquanto processo estrutural. Por último, é possível dizer o racismo brasileiro é o resultado das condições a partir das quais lidamos com a raça, tanto no âmbito das reflexões que a tomam para negar o país ou afirmar sua suposta originalidade, quanto para as perspectivas antirracistas que a tomam como categoria fundamental para entendimento do racismo. Nesse sentido, analisar como as pensadoras negras se inserem na perspectiva antirracista brasileira só parece fazer sentido dentro dessa discussão mais abrangente a respeito do que, de imediato, caracteriza as relações raciais no Brasil, visto que este é um aspectos centrais para se pensar o processo organizativo e a atuação dessas mulheres.

3 O PROCESSO ORGANIZATIVO DAS MULHERES NEGRAS NO BRASIL

Os estudos sobre o ativismo contemporâneo de mulheres negras no Brasil devem, necessariamente, reconhecer a atuação dessas mulheres no interior da luta antirracista e

feminista no país⁸. Mesmo que o estudo desse campo procure priorizar a dimensão autônoma desse ativismo, pode-se considerar que alguns dos seus pressupostos se constituem, de início, em oposição a uma luta política estabelecida nesses dois campos. Nesta seção, abordamos a construção da mobilização política das mulheres negras a partir de duas dimensões: primeiro, identificando os seus pressupostos e, em segundo lugar, destacando alguns dos desafios que caracterizam a sua luta.

A primeira dimensão, no que diz respeito à identificação dos pressupostos do processo organizativo das mulheres negras brasileiras, toma algumas importantes premissas desse tipo de ativismo. Destaca-se, inicialmente, que as lutas que têm como ponto de partida a raça e o gênero apresentam características que correspondem ao grau de disputa em que seus(suas) protagonistas estiveram envolvidos em diversos momentos da nossa formação social. Dessa forma, a sistematização dos pontos-chaves dessas lutas levam em conta as desigualdades e as transformações estruturais na sociedade brasileira.

Nesse sentido, dois elementos podem resumir os pressupostos das lutas das mulheres negras, sobretudo, nas últimas décadas: a) o reconhecimento da existência de um processo severo de discriminação que não permite que mulheres e pessoas negras tenham acesso a direitos básicos e bens e também não estejam representados em diversos espaços da vida social. Isto é, reconhece-se a discriminação como ponto de partida para se entender as condições de subordinação a que esses grupos estão submetidos; b) a exigência, especialmente junto ao Estado, de uma mudança de postura diante da constatação apontada acima. Ou seja, reivindica-se a disposição para que se vá além do reconhecimento das discriminações como processos que travam a vida de segmentos diversos na sociedade.

Esses dois elementos se desdobram num conjunto de transformações que, para a luta antirracista, significou a incorporação de uma agenda contendo as exigências historicamente colocadas pelo movimento negro brasileiro, principalmente a partir do fim dos anos de 1970. Dois fatores estão associados a essa transformação. Primeiro, a existência de uma conjuntura interna, e também externa, que colocavam para os governos brasileiros demandas centrais para o enfrentamento das desigualdades que o país

⁸ Esse ativismo contemporâneo tem como marco inicial processos situados na década de 1980 quando da criação de algumas organizações de mulheres negras, bem como a sua participação em espaços como encontros e conferências nacionais e internacionais. Mesmo atuando diretamente nos movimentos feministas e no movimento negro, a partir desse período, a sua atuação ganha um novo impulso. Parte importante da discussão sobre esse processo organizativo, de modo geral, está em Rodrigues (2010), Moreira (2011) e Silva (2014).

enfrentava. Os passos dados no governo de Fernando Henrique Cardoso e as mobilizações e desdobramentos da conferência de Durban, 2001, por exemplo, ilustraram bem isso⁹. Em segundo lugar, a ocupação de espaços governamentais por parte da militância antirracista pode ser entendida como fundamental para o aprofundamento da mudança de postura por parte dos setores governamentais, principalmente a partir dos anos 2000¹⁰. A presença desses militantes significou atuação efetiva na elaboração e acompanhamento de políticas públicas voltadas à questão racial (LIMA, 2010).

A segunda dimensão do processo organizativo das mulheres negras está contida no esforço das ativistas negras para marcar a especificidade da sua luta por meio da identificação da raça e do gênero como questões igualmente significativas. Esse exercício se volta para a alteração de um conjunto amplo de construção de narrativas e práticas políticas que tendem a abordar a realidade da população negra, de modo geral, e das mulheres negras, de modo particular, quase sempre numa perspectiva enviesada. Em 1980, Lélia Gonzalez escreveu que o pensamento e a prática político-social que pensou a chamada questão nacional, considerando a construção da chamada nação brasileira, procurou excluir a população negra. A autora retoma, nesta referência, diversas das suas preocupações com a realidade negra no Brasil, chamando atenção para o lugar de desprivilégio e de negação ocupado por pessoas negras no país. Sobre as mulheres negras, especificamente, ela problematiza a respeito da forma como essas mulheres tendem a ser identificadas sempre aos mesmos lugares e funções (GONZALEZ, 2018).

A partir da autora destacada, o que se pode sistematizar é que há uma continuidade entre realidade e pensamento social quando se trata das questões afeitas à população negra, de modo geral. As desigualdades materiais que atingem essa população colaboram para a reprodução da forma com que são construídas as interpretações e as narrativas a seu respeito. De modo específico, para as mulheres negras, a disputa por tratamento específico é ainda mais complexa por também estar ligada aos desafios da luta no campo das relações de gênero. A expansão da pauta feminista no Brasil na década de 1980 concentrou inúmeras iniciativas nesse sentido: a criação de órgãos como conselhos e delegacias especializadas e a inserção das questões sobre mulheres em ambientes como

⁹ Em relação à gestão de FHC, em 2001 e 2002, por exemplo, o Ministério do Desenvolvimento Agrário, o Ministério da Justiça e o Ministério da Cultura estabeleceram cotas para pessoas negras na contratação de pessoal e de serviços. Essas informações estão em levantamento realizado por Jaccoud e Beghin (2002). Sobre o processo de Durban, avançaremos na seção seguinte.

¹⁰ Aqui a referência são as transformações ocorridas a partir dos governos do Partido dos Trabalhadores, iniciados em 2003.

sindicatos e associações, e a ampliação do espaço para discussão da questão da sexualidade e de temas ligadas à saúde reprodutiva das mulheres no âmbito do feminismo internacional (SILVA, 2014).

No entanto, a ampliação da pauta feminista não significou a incorporação das questões raciais. Sobre esse aspecto, Silva (2014, p.18) informa que “naquela conjuntura, a discussão voltada à racialidade na sociedade brasileira, ainda menos a interseccionalidade entre raça e gênero, ocupava espaço ínfimo na agenda feminista” (SILVA, 2014, p. 18). Gonzalez (2018), ao discutir essa inserção, é enfática ao dizer que a inserção de mulheres negras no movimento de mulheres era bastante controversa, considerando que as primeiras, ao participarem de espaços como encontros e congressos, eram consideradas não feministas por afirmarem que o racismo, sendo uma forma estrutural de opressão, à semelhança do sexismo, deveria integrar a luta feminista.

Essa segunda dimensão, contida nos desafios mencionados, integra grande parte das reflexões das intelectuais negras que refletem sobre o seu processo organizativo. A ausência de referência à dimensão racial no interior das questões de gênero foi denominada por Carneiro (2004) como uma “insuficiência teórica e prática” em relação às experiências das mulheres negras. Ribeiro (1995), por sua vez, entendeu esse aspecto dentro de um processo de “secundarização” da presença das mulheres negras dentro da luta feminista, bem como o não tratamento das suas questões específicas. Por conta disso, tem-se que esse processo não se resume à formatação de organizações para uma atuação autônoma, mas, fundamentalmente, relaciona-se à necessidade de produção de referências para a interpretação da realidade social.¹¹

No entanto, é importante destacar que os pressupostos e desafios discutidos anteriormente resultam, em grande medida, das experiências adquiridas no âmbito do movimento negro e do movimento de mulheres, mas também da atuação de mulheres negras no processo de formação de diversas organizações próprias. Moreira (2007) afirma que a partir da década de 1980 são criadas diversos grupos de mulheres negras, como o coletivo Nizinga, no Rio de Janeiro, o Geledés – Instituto da Mulher Negra, em São Paulo, o Coletivo de Mulheres Negras da Baixada Santista, em São Paulo, o Grupo de Mulheres

¹¹ Do ponto de vista dos marcos do processo organizativo das mulheres negras, o mais importante evento foi o *I Encontro Nacional de Mulheres Negras* (I ENMN), ocorrido em 1988, na cidade de Valença, no Rio de Janeiro. Sobre o encontro, Silva (2014) informa que ele se apresentou, do ponto de vista da sua concepção, como um espaço plural, contemplando diversas demandas e chamando atenção para outros conflitos associados às diferenças entre classes sociais.

Mãe Andreza, no Maranhão, o Grupo de Mulheres Negras do Movimento Negro Unificado da Bahia etc.

Nesse processo organizativo, portanto, as ativistas negras se preocuparam em identificar os princípios orientadores da sua luta, mas também marcaram o campo político de onde partem ao desenvolver contribuições para as questões racial e antirracista, seja ampliando algumas sistematizações, seja via atuação direta na luta política. Este é o centro do debate que será apresentado a seguir.

4 MULHERES NEGRAS E ANTIRRACISMO

As últimas décadas foram períodos de grandes transformações na dinâmica racial brasileira. Em certa medida, temos um processo de radicalização das formas de colocação da chamada questão racial que se expressa na mudança de postura de diversos setores da luta antirracista no âmbito da atuação política institucional e nas formas de construção da luta cotidiana. A atuação das mulheres negras é, na nossa avaliação, um dos principais exemplos a partir dos quais se pode discutir as transformações no que diz respeito a essa questão, considerando que intelectuais e ativistas negras colaboraram de modo intenso para esse outro patamar dado à luta antirracista e ao pensamento dela resultante.

Desse modo, o ponto inicial da discussão desta seção é a identificação de determinados aspectos no pensamento e na atuação de algumas feministas negras da chamada primeira geração, como indicado no início deste texto. Por isso, para efeitos da nossa análise sobre a contribuição do ativismo de mulheres negras para o antirracismo brasileiro, destacamos os seguintes aspectos: primeiro, a apresentação de algumas elaborações teóricas, feitas por intelectuais negras, sobre as mulheres negras na sociedade brasileira e, em segundo lugar, destaca-se a atuação de ativistas negras para a construção de ações de enfrentamento do racismo a partir dos anos 2000, momento de institucionalização de diversas políticas antirracistas.

Para a apresentação do primeiro aspecto, de início, é importante sinalizar que as análises acerca do lugar das mulheres negras na vida social brasileira constituem uma abordagem comum na produção de certas intelectuais negras, que vão empreender um esforço considerável para entender o papel dessas mulheres nos momentos iniciais da nossa formação social e, sobretudo, as repercussões desse processo nas condições recentes vivenciadas por elas. Nesse sentido, de maneira geral, pode-se adiantar que a

chamada “questão das mulheres negras”, como um tema recorrente nas abordagens de pesquisadoras da primeira geração de feministas negras, muitas vezes, está ligada à invisibilidade dessas mulheres em algumas lutas sociais e nas narrativas mais amplas sobre diversos processos sócio-históricos do país. Assim, a ênfase é no peso que o pertencimento racial dessas mulheres exerce sobre a construção de vantagens e desvantagens na sociedade, inclusive do ponto de vista do lugar ocupado nos discursos e na vida social.

Gonzalez (2018)¹² tenta compreender como a ideia de democracia racial, tão associada à dinâmica racial brasileira, tem, nas experiências das mulheres negras, expressões decisivas. Para ela, há uma fixidez no que diz respeito aos lugares destinados às mulheres negras no Brasil. Segundo a autora, essas mulheres sempre ocuparam lugares que não rompem com a subordinação e a exploração. Elas teriam passado do papel de mucama para o de mulata do carnaval ou de empregada doméstica, por exemplo. No exercício da função de empregada doméstica, para a mesma autora, nas mulheres negras, reforça-se a “internalização da diferença, da subordinação e da inferioridade”. Mesmo destacando espaços nos quais as mulheres negras podem ser vistas como referências, como no candomblé e no movimento negro, a autora ainda argumenta que, no papel de mulata, essas mulheres tendem a ser vistas como prova da chamada democracia racial brasileira (GONZALEZ, 2018)¹³

Carneiro (2003), como já anunciamos, no que diz respeito à percepção sobre as condições vivenciadas pelas mulheres negras, assegura que há uma insuficiência teórica e prática na incorporação do ser mulher negra por parte do feminismo. Aqui, o argumento é que esse movimento, mesmo vasto do ponto de vista da sua produção e da sua prática social, em alguns momentos do seu desenvolvimento, não foi capaz de construir possibilidades reais de interpretação das experiências racialmente distintas de mulheres negras. Associada a esse aspecto e pensando no alcance do racismo na sociedade brasileira, a autora destaca a necessidade de reconhecimento dos privilégios que a ideologia racista produz para as mulheres do grupo racial hegemônico. Isto é, a brancura tomada como padrão estético exclui outras mulheres e permite a construção de valores e referências positivas apenas para as mulheres brancas. Além disso, Carneiro (2003)

¹² Dados da publicação original: Racismo e sexismo na cultura brasileira. IV Encontro Anual da Associação Brasileira de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, Rio de Janeiro, 29 a 31 de outubro de 1980.

¹³ Dados da publicação original: A mulher negra na sociedade brasileira: uma abordagem político-econômica. In: Lugar de mulher: estudos sobre a condição feminina na sociedade atual. Organização de Madel Luz. Rio de Janeiro: Graal Editora, 1981.

ênfatisa que é necessário identificar o racismo como eixo de produção e reprodução das desigualdades sociais experimentadas pelas mulheres negras no Brasil. Assim, aquilo que está pressuposto na valorização da brancura pode ser tomado como um aspecto importante do funcionamento do racismo no país.

De modo semelhante, Ribeiro (1995; 2006) sinaliza uma espécie da secundarização da organização e da opressão no que diz respeito ao lugar ocupado por mulheres negras no interior de determinadas lutas sociais. Nesta constatação, a autora chama atenção para o fato de essas mulheres não somente não terem suas demandas específicas contempladas por movimentos como o feminista, mas também para a impossibilidade de elas ocuparem lugar de destaque na construção cotidiana desse tipo de mobilização por conta do racismo nele presente. Nessa autora, percebe-se que a intenção é dizer que o racismo, enquanto processo que garante subordinação para mulheres negras, não é tomado como algo que deve ser levado em conta e deve ser também combatido em diferentes espaços.

De modo geral, a partir dessas leituras, o que se pode depreender  que esses processos de sujeição das mulheres negras não contradizem percepções mais amplas sobre quem são essas mulheres e como elas se localizam em diversos âmbitos da sociedade brasileira. Em termos gerais, o pensamento negro, ao se preocupar em estabelecer narrativas em que a raça fosse explicitamente tomada, foi fortalecido pela produção de ativistas negras que não ignoram as repercussões da raça, associada ao gênero, na produção de uma realidade social distinta para elas.

Até aqui vimos isso no modo como as autoras reforçaram as leituras sobre o racismo e as relações raciais no Brasil e nos questionamentos feitos à forma como a mulher negra está inserida na sociedade brasileira. Outro aspecto fundamental na atuação das mulheres negras, considerando suas contribuições para a luta antirracista no Brasil, está relacionado à sua participação nas reflexões e na própria construção das condições necessárias para o enfrentamento do racismo. Este é o terceiro ponto para o qual chamaremos atenção a partir de alguns levantamentos feitos sobretudo por Ribeiro (1995, 1998, 2006, 2013). Nesse caso, de modo particular, tomamos algumas transformações ocorridas a partir anos 2000, período em que a chamada questão racial brasileira assume um outro lugar, configurando assim um tipo específico de combate aos efeitos do racismo na medida em que o Estado brasileiro a incorpora.

Essa discussão, portanto, está diretamente relacionada àquilo que foi sinalizado na segunda seção deste texto sobre os elementos que resumem os pontos de partida da luta

das ativistas negras, de modo específico, e da militância antirracista, de modo mais amplo, que é a necessidade de reconhecimento de um processo severo de racialização das relações sociais no Brasil.

Fato importante nesse contexto, que ajudou a elevar a questão racial a outro patamar, foi a diversificação da atuação política protagonizada por diversos agentes da luta antirracista, e entre esses, destaca-se o papel desempenhado por algumas ativistas negras. Matilde Ribeiro contribuiu para essa discussão ao pressupor, inicialmente, que a inserção de ativistas das áreas de gênero e raça em espaços governamentais de decisão viabiliza uma outra postura a respeito das demandas desses grupos sociais, aumentando a eficácia das políticas governamentais por meio do diálogo com a sociedade civil (RIBEIRO, 2006). No entanto, a autora pondera que:

O comprometimento com o projeto político de promoção da igualdade de gênero e raça não significa apenas garantir a participação desses grupos nos espaços de poder e decisão, mas também fomentar a qualidade e multiplicação de quadros com acúmulo teórico, prático e técnico para garantir ações consolidadas, densas e com repercussão na propagação de órgãos municipais, estaduais e federais parceiros para o desenvolvimento da agenda política governamental condizente com as demandas os movimentos feminista, de mulheres e antirracista. Compreende enfrentar um sistema político engessado pela prática universalista que não dá conta das especificidades, enviando, geralmente, comandos resistentes e preconceituosos diante da renovação proposta pela ordem mundial contra o racismo e o sexismo comungada pelo país em tratados internacionais e, paradoxalmente, entreposta no momento de sua execução interna. (RIBEIRO, p. 807, 2006)

Os desafios sinalizados por Ribeiro (2006) na transcrição acima acompanham grande parte das análises feitas sobre o período que compreende os governos do Partido dos Trabalhadores, a partir de 2003, nos quais se pode identificar a criação de uma série de práticas institucionais para abordagens das questões de gênero e de raça. Nesse período, consolida-se a sistematização de reivindicações colocadas pelo ativismo antirracista principalmente a partir dos anos 1980. A rearticulação dos movimentos sociais e do movimento negro nacional e as disputas pela nova constituição, nesse contexto, vão dinamizar a luta por políticas públicas com recorte de raça alcançadas nas décadas seguintes¹⁴.

Nesse sentido, as contribuições da produção de intelectuais negras para o terceiro aspecto do pensamento e da luta antirracista está, efetivamente, nas disputas associadas ao período mencionado no tocante à criação de órgãos e espaços institucionais para o avanço daquelas que ficaram conhecidas como políticas públicas de ação afirmativa. Essas

¹⁴ Importante expressão desse momento é a Convenção Nacional do Negro pela Constituinte, realizada em agosto de 1986 e organizada por entidades do movimento negro brasileiro. Para saber mais, ver Ribeiro (2013).

medidas representam parte das mudanças de estratégia adotada por parte do movimento antirracista: além de denunciar as várias dimensões de racialização da sociedade brasileira, intensificam-se as exigências por mudanças institucionais.¹⁵ Ribeiro (2013) apresenta diversas ações - a formação de um Grupo de Trabalho interministerial após a Marcha Zumbi de 1995, a participação de ativistas brasileiras na III Conferência Mundial contra o Racismo, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas, a criação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e do Conselho Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, em 2003, a aprovação da Lei 10.639 no mesmo ano, o avanço das políticas de ação afirmativa no ensino superior a partir de 2002, entre outras - para chamar atenção para uma ampla institucionalização da questão racial no Brasil. Para a autora, foram o movimento negro e o movimento de mulheres negras que “assentaram” a questão racial na esfera política, intervindo por meio de marchas, seminários e da ocupação de espaços políticos institucionais em diferentes momentos.

É ainda a partir de Ribeiro (1998) que enfatizamos um aspecto importante da dimensão que estamos tratando neste terceiro momento acerca da atuação das mulheres negras. De acordo com a pesquisadora, parte da mobilização das mulheres negras brasileiras, sempre associando o combate ao racismo à necessidade de desmantelamento das manifestações sexistas, tem no horizonte a sua constituição como sujeitos políticos. E o que esses aspectos significam para a questão geral colocada por este texto a respeito da contribuição dessas mulheres para o pensamento e para a luta antirracista?

O ponto de partida para tratamento da indagação acima é reconhecer que as mulheres negras foram presenças decisivas em diversos processos destacados por Ribeiro (2013), significando que essas ativistas não “puderam” abrir mão de tentar resolver as lacunas de algumas lutas políticas - como aquelas promovidas pelo movimento feminista e antirracista - bem como das construções teóricas acerca dessas lutas. Em Werneck (2009), a esse respeito, encontramos uma referência bastante elucidativa quando a autora entende as mulheres negras enquanto grupo que compartilha a necessidade de enfrentamento de processos como a escravidão, a expropriação colonial, a modernidade racializada, racista e heterossexista e suas ‘novas’ configurações. A afirmação das especificidades do “ser mulher negra” traz as disputas conceituais para o espaço político. Isto quer dizer que, a

¹⁵ O processo de mobilização e os desdobramentos da Marcha Zumbi dos Palmares, contra o racismo, pela cidadania e pela Vida, ocorrida em Brasília, em 1995, e da III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância, realizada em Durban/África do Sul, em 2001, são bons exemplos dessa questão.

despeito de diversas disputas, a importância da ação e da reflexão identificadas à ativistas negras brasileiras só podem ser entendidas se colocadas dentro de um mesmo processo. Bairos (1995), ao discutir as preocupações que estão no horizonte das mulheres negras, é enfática nessa compreensão ao dizer que “do ponto de vista da reflexão e da ação política, uma não existe sem a outra.” Nesse sentido, os levantamentos feitos por Ribeiro sobre o período de articulação política institucional em torno da questão racial no Brasil indicam que as intelectuais negras não deixaram de pensar a respeito das suas especificidades e sobre a necessidade da incorporação dessas no campo das políticas públicas, mas fizeram isso, sobretudo, atuando diretamente nos vários espaços institucionais “abertos” nessas perspectivas.

Um processo que ilustra de forma significativa essa atuação é a mobilização em torno da Conferência de Durban, já mencionada aqui. Ao sinalizar o papel desse tipo de espaço, Carneiro (2002) reconhece que eles têm se constituído, a partir dos anos de 1990, em lugares importantes para as disputas em torno de políticas públicas voltadas para frentes como direitos humanos, meio ambiente, direitos reprodutivos, gênero, pobreza, entre outros. Ainda assim, espaços como o da Conferência de Durban não podem ser tomados a partir de uma avaliação celebrativa. Nela, por exemplo, foram registrados diversos enfrentamentos em torno dos resultados que constariam na declaração final. De acordo com Carneiro (2002), parte dos enfrentamentos desse fórum se relacionaram “à demonstração de unilateralismo dos Estados Unidos ao abandonar a Conferência em apoio ao Estado de Israel, acusado pelo Fórum de ONGs e por representantes de delegações oficiais de práticas racistas e colonialistas contra o povo palestino”, além da disposição dos países ocidentais para fazer “naufagar” a Conferência por conta da condenação do colonialismo e das suas consequências. Ainda assim, para esta autora, a Conferência trouxe resultados bastante positivos para as(os) afrodescendentes das américas ao reconhecer as discriminações enfrentadas por essas populações e a urgência na adoção de medidas para o seu enfrentamento. Para o Brasil, de modo particular, essa conferência representou um momento de muita expectativa em relação aos debates sobre o racismo na sociedade brasileira, além de ter se constituído num espaço de destaque do protagonismo das mulheres negras no combate ao racismo e à discriminação racial no âmbito nacional e internacional, sobretudo com a criação da Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras Pró-Durban, que contou com a participação de diversas organizações de mulheres negras (CARNEIRO, 2002).

Nesse contexto, o que mais destaca o papel decisivo das mulheres negras é a articulação anterior à conferência que significou a construção de debates em torno de diagnósticos e propostas para o enfrentamento da desigualdade racial no Brasil levado a cabo pela articulação citada acima nos meses que antecederam o evento. Esse momento consolidou um processo de ocupação por parte dessas mulheres que se iniciou na década de 1990¹⁶. Carneiro (2002) adiciona a esse conjunto de eventos a Conferência Regional das Américas, ocorrida em 2000, em Santiago do Chile e afirma que, sendo maioria da delegação brasileira na Conferência de Durban, as mulheres negras concorreram decisivamente para a aprovação de questões específicas das populações afrodescendentes. Além disso, diz que elas “ofereceram contribuições originais que sensibilizaram várias delegações governamentais de países da América Latina”.

A atuação das ativistas negras, que foi aqui brevemente destacada, certamente está marcada pelos objetivos e pressupostos estabelecidos no momento inicial de construção do movimento de mulheres negras brasileiras nas últimas décadas, e isso diz muito do que elas pretendiam alcançar enquanto luta política no tocante à autonomia para tratar das suas próprias questões.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retomamos Carneiro (2003) para pensar a questão inicial aqui proposta: como as intelectuais e ativistas negras contribuíram para a luta antirracista. Ao sintetizar essa contribuição, a autora diz que sua importância está na possibilidade de revelar a intersecção entre racismo e sexismo na produção de condições de exclusão e marginalização para mulheres negras que, no entanto, encontraram mecanismos bastante contundentes de resistência e superação. Desse modo, a fim de procurar resumir o que fizemos aqui, propomos uma breve síntese sobre os sentidos dessa contribuição, destacando dois pontos.

Primeiro, como muitas lutas sociais, a atuação do feminismo negro brasileiro contemporâneo é um ativismo “para dentro e para fora” e é muito potente. E, nesse sentido, os resultados da sua atuação expressam tanto as desigualdades de onde partem, quanto

¹⁶ Há uma atuação ativa de mulheres negras nas etapas preparatórias para a Conferência Internacional de População e Desenvolvimento, no Cairo, em 1994 e para a IV Conferência Mundial da Mulher, realizada em Beijing/China em 1995. Roland (2000) afirma que foi graças à participação intensa das mulheres negras no processo de construção desta última conferência que a temática racial foi incorporada na Declaração das Mulheres Brasileiras para a Conferência de Beijing.

as alternativas que estão no horizonte. O segundo elemento é que, do ponto de vista das reflexões e ação política propriamente dita, essas mulheres não se debruçaram exclusivamente sobre uma ou outra questão que as afetam. Pelo contrário, no âmbito das suas elaborações sobre as especificidades da sua realidade, quase sempre partiram dos impactos que o racismo nelas produz.

E, a partir dessas compreensões, sugere-se que as mulheres negras garantiram uma narrativa diferenciada sobre a dinâmica racial brasileira ao imprimir nessas análises, obrigatoriamente, um olhar sobre as questões de gênero. De modo semelhante, também enriqueceram os estudos sobre relações de gênero no país ao questionar e apontar as limitações de uma perspectiva universalista para se tratar dessas relações. Contribuindo para esses dois eixos, as ativistas negras destacaram, sobretudo, a abrangência do racismo brasileiro, ao evidenciar a forma como esse processo garantiu a elas lugares subalternizados em diversos espaços, inclusive aqueles de luta. Assim, de modo resumido, a contribuição do ativismo de mulheres negras para a questão antirracista brasileira se dá à medida que essas mulheres, ao se afirmarem enquanto sujeitos, não abandonaram o enfrentamento do racismo como eixo organizativo e se empenharam na construção de ações políticas para consolidar a questão racial no espaço público nacional.

REFERÊNCIAS

BAIRROS, Luiza. Nossos Feminismos Revisitados. **Revista Estudos feministas**. Nº2\95. vol.3. 1995.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o Feminismo: A situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. *In*: ASHOKA, Empreendedores Sociais e Takano Cidadania (org.). **Racismos Contemporâneos**. Rio de Janeiro: Takano Ed., 2003a.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Estudos Avançados** 17 (49), 2003b.

CARNEIRO, Sueli. A batalha de Durban; **Estudos Feministas** 1/2002.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempo**, v. 12, n. 23, p. 100-122, 2007b. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-770420070>. Acesso em 30 de novembro 2019.

GONZALEZ, Lélia. **Primavera para as rosas negras** - Lélia Gonzalez em primeira pessoa. Coletânea organizada e editada pela União dos Coletivos Pan-africanistas, 2018.

- HASENBALG, Carlos. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. Traduzido por Patrick Burglin. 2ª ed. – Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2005.
- JACCOUD, Luciana de Barros; BEGHIN, Nathalie. **Desigualdades raciais no Brasil: um balanço da intervenção governamental**. Brasília: IPEA, 2002.
- LIMA, Márcia. **Desigualdades raciais e políticas públicas: ações afirmativas no governo Lula**. Novos estud. - CEBRAP [online]. 2010, n.87, pp.77-95.
- MOREIRA, Núbia Regina. **O feminismo negro brasileiro: um estudo do movimento de mulheres negras no Rio de Janeiro e em São Paulo**. 2007. 127 fls. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.
- MOREIRA, Núbia Regina. **A organização das feministas negras no Brasil**. Vitória da Conquista-BA, Edições UESB, 2011.
- MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.
- NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro, processo de um racismo mascarado**. São Paulo: Paz e Terra, 1978.
- NASCIMENTO, Beatriz. Por uma história do homem negro. *In*: RATTTS, Alex. **Eu sou atlântica sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento**. Imprensa oficial, São Paulo, 2006. p. 117-124.
- NOGUEIRA, O. **Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem**, pp. 287-308. *in* Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 19, n. 1, 2007.
- RATTTS, Alex. **Eu sou atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento**. SP: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo/ Instituto Kuanza, 2006.
- RIBEIRO, Matilde. Antigas personagens, novas cenas: mulheres negras e participação política. *In*: BORBA, Angela; GODINHO, Tatau; FARIA, Nalu. (Orgs.). **Mulher e política: gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998. p. 189-209.
- RIBEIRO, Matilde. **Institucionalização das políticas de promoção da igualdade racial no Brasil: percursos e estratégias (1986-2010)**. Tese de doutorado. Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2013.
- RIBEIRO, Matilde. **O feminismo em novas rotas e o feminismo em novas rotas e visões**. Estudos Feministas, Florianópolis, 14(3): 272, setembro-dezembro/2006.
- RIBEIRO, Matilde. **Mulheres negras brasileiras: de Bertioga a Beijing**. Revista Estudos Feministas, 2, 446-457, 1995.
- RIOS, Flávia; MACIEL, Regimeire. Feminismo negro brasileiro em três tempos: mulheres negras, negras jovens feministas negras interseccionais. **Labrys, études féministes/ estudos feministas**, julho/ 2017- junho 2018 /juillet 2017-juin 2018.

RODRIGUES, Cristiano Santos; PRADO, Marco Aurélio Maximo. Movimento de Mulheres Negras: trajetória política, práticas mobilizatórias e articulações com o Estado brasileiro. **Psicologia & Sociedade**; 22 (3): 445-456, 2010.

ROLAND, Edna. O movimento de mulheres negras brasileiras: desafios e perspectivas. In GUIMARÃES, A. S. A. & HUNTLEY, L. (Orgs). **Tirando a máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil**. (pp. 237-256). São Paulo: Paz e Terra, 2000.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Nomeando as diferenças: a construção da ideia de raça no Brasil, in VILLAS BOAS, Glaucia; GONÇALVES, Marco Antônio (orgs). **O Brasil na Virada do Século**, Rio de Janeiro: Relume/Dumará, 1995.

SILVA, Joselina da. I Encontro Nacional de Mulheres Negras: o pensamento das feministas negras da década de 1980. In: SILVA, Joselina da; PEREIRA, Amauri Mendes Pereira (org.). **O movimento de mulheres negras: escritos sobre os sentidos de democracia e justiça social no Brasil**. Belo Horizonte: Nandyala, 2014.

THOMAZ, Omar Ribeiro; NASCIMENTO, Sebastião do. Entre a intenção e o gesto: a Conferência de Durban e a elaboração de uma pauta de demandas de políticas compensatórias no Brasil. **Documento de trabalho 6/ 03**. Disponível em: <http://nupps.usp.br>. Acesso em 03 de setembro de 2019.

WERNECK, Jurema. Mulheres negras brasileiras e os resultados de Durban. *In*: DE PAULA, M.; HERINGER, R. **Caminhos convergentes: Estado e Sociedade na superação das desigualdades raciais no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll, ActionAid, 2009.

NOTAS

Regimeire Oliveira Maciel

Doutora em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professora Adjunta do Bacharelado em Políticas Públicas e do Programa de Pós-graduação em Economia Política Mundial da Universidade Federal do ABC. São Bernardo do Campo/São Paulo, Brasil
regimeire.maciell@ufabc.edu.br

 <https://orcid.org/0000-0001-9209-4902>

Endereço de correspondência do principal autor

Rua Costa Aguiar, 2437, AP 101, CEP 04204-002 – Bairro: Ipiranga, São Paulo/SP.

AGRADECIMENTOS

Não se aplica

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Os papéis descrevem a contribuição específica de cada colaborador para a produção acadêmica inserir os dados dos autores conforme exemplo, excluindo o que não for aplicável. Iniciais dos primeiros nomes acrescidas com o último Sobrenome, conforme exemplo.

Concepção e elaboração do manuscrito: R.O. Maciel

Revisão e aprovação: R.O. Maciel

CONJUNTO DE DADOS DE PESQUISA

FINANCIAMENTO

Não se aplica.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Não se aplica.

LICENÇA DE USO

Os autores cedem à **Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis** os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution](#) (CC BY) 4.0 International. Esta licença permite que **terceiros** remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico. Os **autores** têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas. Publicação no [Portal de Periódicos UFSC](#). As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITORES – uso exclusivo da revista

Javier Ignacio Vernal e Silmara Cimbalista

HISTÓRICO – uso exclusivo da revista

Recebido em: 25-04-2020 – Aprovado em: 01.10.2020 – Publicado em: 16.11.2020